



ATA DA REUNIÃO Nº 008 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – ESTADO DO PARANÁ – CAU/PR, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2012, NA SALA DE EVENTOS DO HOTEL TRANSAMÉRICA PRIME, NESTA CIDADE DE CURITIBA-PR

1
2
3
4
5
6
7 Aos vinte e oito de maio do ano de dois mil e doze, às dez horas (10 h), na Sala de Eventos
8 do Hotel Transamérica Prime Batel, localizado na Avenida do Batel, 1732, nesta cidade de
9 Curitiba, PR., realizou-se a Sessão Ordinária nº 008/2012, do Plenário do CAU/PR, presidida
10 pelo Arquiteto e Urbanista Jeferson Dantas Navolar – Presidente do Conselho, tendo como
11 Secretária eu, Gláucia Sales Jacob. A Sessão contou com a participação dos seguintes
12 Conselheiros Titulares, Arquitetos(as) e Urbanistas **ANDRÉ LUIZ SELL, CARLOS HARDT,**
13 **DALTON VIDOTTI, LUIZ BECHER, MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, MARLI ANTUNES DA SILVA**
14 **AOKI, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, ORLANDO BUSARELLO, CLÁUDIO FORTE MAIOLINO, ELY**
15 **LOYOLA BORGES FILHO e RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA.** Participou do trabalho, no
16 exercício da efetividade, o Conselheiro Suplente Arquiteto e Urbanista **CARLOS DOMINGOS**
17 **NIGRO**.....
18 Ficaram justificadas, de acordo com o parágrafo único do artigo 25 do Regimento Interno do
19 CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Titulares Arquitetos e Urbanistas **BRUNO SOARES**
20 **MARTINS e ALEXANDER FABRI HULSMEYER**.....
21 Participaram da presente Sessão os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas **JOÃO**
22 **CARLOS DIÓRIO e JUCENEI GUSSO MONTEIRO,** bem como o Conselheiro Federal o Arquiteto
23 e Urbanista **LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO**
24 Presentes, ainda, nesta Sessão os Assistentes contratados, a saber: o Jornalista Antônio
25 Carlos Domingues da Silva (Assessor de Comunicação); a Advogada e Arquiteta e Urbanista
26 Cláudia Cristina Taborda de Souza Lobo (Assessora Jurídica), o Engenheiro Civil Hélio Botto
27 de Barros (Assessor de Planejamento), e Gláucia Sales Jacob, (Secretária Geral).....
28 **I-QUÓRUM** – Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o
29 Regimento Interno do CAU/PR, art. 62, e, após a execução do Hino Nacional Brasileiro, o Sr.
30 Presidente declarou aberta a presente Sessão, os quais constaram do seguinte:.....
31 **II ATA DA SESSÃO ANTERIOR** Colocada em discussão e posterior votação, foi aprovada por
32 unanimidade a Ata correspondente à Sessão Ordinária nº 007/12, de 23/04/2012.....
33 **III PAUTA:** Apresentada a pauta, colocada em votação foi aprovada por unanimidade a Pauta
34 da Reunião Ordinária nº 007/2012, sétima reunião ordinária de 2012 do CAU-PR.....
35 **1.Ordem do dia:**.....
36 **1.1 Apresentação das correspondências:**.....
37 1.1.1 **Correspondências recebidas:** apresentada a lista de correspondências recebidas,
38 sendo 03(três) oriundas do CAU/BR e 19(dezenove) de diversos remetentes, sendo que uma
39 delas se refere a ofício assinado pelo Governador do Estado, convidando para solenidade de
40 assinatura do Decreto que institui o Grupo de Trabalho Inter secretarial de Proteção das
41 Escolas Estaduais de Interesse Histórico. Tendo em vista que não poderá comparecer nessa
42 data, o presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicitou que algum conselheiro o
43 representasse na solenidade, tendo o Conselheiro CARLOS HARDT se proposto a fazê-lo.....
44 1.1.2 **Correspondências expedidas:** apresentadas as listas de correspondências expedidas,
45 sendo que dessas, 01(uma) foi destinada ao CAU/BR e 25 (vinte e cinco) a destinatários
46 diversos.....
47 **2. ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL**
48 **2.1 Balancetes financeiro de ABRIL/2012:** foi apresentado e aprovado pela plenária, o qual



49 está anexado a esta Ata.

50 **2.1.1 Relato Comissão Sede: Novas Alternativas:** O presidente do CAU/PR, Arquiteto

51 JEFERSON DANTAS NAVOLAR iniciou sua fala trazendo a questão da futura sede do CAU/PR

52 informando que após 4 (quatro) meses de espera, o CAU/PR recebeu a MINUTA VERSÃO

53 FINAL para o contrato de locação do imóvel - até então reservado - apenas no dia 31 de

54 maio. A partir de então a MINUTA está em análise pelo Jurídico deste Conselho. O

55 Presidente mencionou a possibilidade deste Conselho ser sediado na Casa Gomm (bem

56 tombado, de propriedade do Estado); relatou que foi protocolado ofício solicitando a

57 possibilidade da utilização da CASA GOMM como sede do CAU/PR, sem despesas para o

58 Estado do Paraná, e solicitou ao Conselho autorização para considerar como prioritárias com

59 as negociações nesse sentido. O Conselheiro CLAUDIO FORTE MAIOLINO apoiou a ação e

60 colocou que o CAU/PR deve insistir nessa proposta. O Conselheiro Federal LAERCIO

61 LEONARDO ARAÚJO também se posicionou apoiando e incentivando a ideia. Pelo

62 Conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA FILHO foi questionado quanto será necessário investir

63 para que a casa seja ocupada. O Presidente, JEFERSON DANTAS NAVOLAR disse que acredita

64 ser necessário investir na casa em dois momentos, o primeiro onde seria feita uma *blitz* a fim

65 de detectar primeiras necessidades (a Casa foi restaurada a poucos anos e já se encontra

66 adaptada perante aos deficientes físicos (acessibilidade); e o segundo momento, em que se

67 investiria em preservação do bosque (de propriedade d Prefeitura), que está no terreno da

68 Casa. Pelo Conselheiro CLAUDIO FORTE MAIOLINO foi dito que a utilização da Casa Gomm

69 geraria uma economia de despesa mensal fixa referente ao aluguel. Pelo Conselheiro

70 Suplente, JUCENEI GUSSO MONTEIRO foi lembrado que o CAU/PR pode requerer recursos

71 para a reforma através do Ministério da Cultura. O Conselheiro CARLOS HARDT colocou que

72 sendo imóvel patrimônio público, pode-se conseguir um comodato pela manutenção do

73 imóvel. Esse Conselheiro entende que o poder público tem dificuldade de fazer manutenção

74 de bens tombados e que uma autarquia federal seria uma boa alternativa para a Casa

75 Gomm. Em seguida questionou se a locação da casa da Alameda Augusto Stelfeld, que

76 estava em negociação, foi descartada, tendo sido respondido pelo presidente JEFERSON

77 DANTAS NAVOLAR que não, mas que trouxe o assunto para a plenária porque entende que a

78 Casa Gomm atende melhor aos interesses do CAU/PR. Pelo Conselheiro Titular ORLANDO

79 BUSARELLO foi questionado quanto ao tempo que deverá ser gasto na reforma da Casa

80 Gomm, o qual afirma que reformas sempre são demoradas e pode levar meses para a casa

81 poder ser utilizada. Pelo presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi dito que mais moroso

82 que a reforma são as questões burocráticas que podem envolver a cessão de uso. O

83 Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO esclareceu que a casa foi restaurada há

84 pouco tempo e por isso sua utilização pode ser imediata com apenas alguns reparos. Com a

85 palavra, o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO acrescentou que o percurso burocrático

86 para utilização da casa pode ser diminuído, pelo menos no que diz respeito ao IPPUC. O

87 presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR sugeriu que os conselheiros titulares Orlando

88 Busarelo e Cláudio Forte Maiolino, bem como o conselheiro federal Laércio Leonardo Araújo

89 passassem a integrar a Comissão Sede, sendo que o Conselheiro Glauco Pereira Junior

90 também se colocou à disposição para fazer parte dela. Com a palavra o Conselheiro Federal

91 LAERCIO LEONARDO DE ARAÚJO colocou que se a pretensão é priorizar a Casa Gomm, é

92 urgente a necessidade de reunião com o Governador do Estado. Em seguida, pelo presidente

93 JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi lido para a plenária, o ofício protocolado na Secretaria de

94 Cultura do Estado do Paraná, tendo sido aprovado por todos. O Conselheiro ORLANDO

95 BUSARELLO sugeriu que deve haver documento com o levantamento topográfico e cadastral

96 do terreno em que se encontra a mata, que também é tombada, o qual ele pode



97 providenciar e encaminhar à secretaria do CAU, sendo que o Conselheiro Federal LAÉRCIO
98 LEONARDO ARAÚJO esclareceu que o bosque é separado da Casa e se for o caso, cabe ao
99 CAU/PR tentar fazer essa junção, assim esse documento é desnecessário, por enquanto. -.-.-.

100 **2.1.2 – Relato das novas funcionalidades do SICCAU e Resoluções CAU/BR.**-----

101 O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR discorreu sobre as novas resoluções do CAU/BR,
102 passando rapidamente sobre cada uma delas. Pedindo a palavra, a Conselheira Titular MARLI
103 ANTUNES DA SILVA AOKI questionou se já há alguma resolução tratando das questões éticas,
104 sendo que enviou e-mail para a comissão de ética nacional, mas não recebeu resposta, até
105 esta data, tendo sido esclarecida pelo Conselheiro Federal LAERCIO LEONARDO ARAÚJO que
106 a Comissão de Ética do CAU/BR está com reunião marcada em vários estados. O presidente
107 JEFERSON DANTAS NAVOLAR sugeriu a possibilidade de trazer essa comissão para o Paraná,
108 no mês de junho, tendo sido lembrado pelo Conselheiro CARLOS HARDT que a reunião de
109 junho foi adiada para julho, quando se dará também a reunião com a Comissão de Finanças.
110 O Conselheiro ELI LOYOLA BORGES FILHO questionou como fiscalizar as questões éticas se
111 ainda não temos um Código de Ética, sendo que o Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO
112 ARAÚJO disse que o Código já está sendo providenciado. Pedindo a palavra o Conselheiro
113 CLAUDIO FORTE MAIOLINO relatou o que está sendo praticado nas Prefeituras com relação
114 aos editais para a área patrimonial, que exigem que as empresas para participarem de
115 licitações devem ter engenheiro e arquiteto, com registro no CREA ou no CAU, sendo que
116 essas Prefeituras são orientadas pelo IPHAN, informalmente, uma vez que esse órgão não
117 orienta isso por escrito. “Se as coisas se mantiverem dessa forma as empresas de arquitetura
118 serão obrigadas a contratar engenheiro”. Coloca isso para a plenária porque entende que
119 essa questão exige ação imediata, que deve ser levada para Brasília também. Como
120 empresário, tem suspenso as licitações, mas sua empresa não tem fôlego para tanto. Para
121 ele, a Lei é clara quanto às atribuições dos arquitetos. O presidente JEFERSON DANTAS
122 NAVOLAR lembra que o CAU/PR esteve nas principais cidades do estado, sendo recebido em
123 audiência pelos Prefeitos, Reitores e presidentes de Entidades. Naquela oportunidade foram
124 protocolados ofícios enfatizando as atribuições dos Arquitetos e Urbanistas. O presidente
125 JEFERSON DANTAS NAVOLAR sugeriu protocolo de documento tratando do assunto junto ao
126 Conselho Consultivo do IPHAN, solicitando posição nesse sentido. O Conselheiro Federal
127 LAERCIO LEONARDO DE ARAÚJO sugeriu que o CAU/BR também deve ser envolvido nessa
128 questão. O conselheiro CARLOS HARDT propôs que o CAU/PR deve fazer protocolar
129 documento tanto no IPHAN quanto no CAU/BR. Com a palavra o Conselheiro ORLANDO
130 BUSARELLO trouxe a questão do paisagismo e do PL que tira do arquiteto o direito de ser
131 paisagista: a relatora do PL, Deputada Federal Flávia Moraes, encaminhou um substitutivo
132 abrangendo todas as outras formações profissionais – biólogo, agrônomo, etc. – atendendo
133 a um abaixo assinado sem representatividade, que resultou nesse substitutivo, o que é
134 preocupante, uma vez que restou nítida a proteção dessa relatora às outras categorias em
135 detrimento dos arquitetos. Propõe uma ação nacional, com participação do CAU/BR. Pelo
136 presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, foi esclarecido que o Arquiteto e Urbanista Gilson
137 Paranhos, ex-presidente o IAB nacional, agora é um assessor parlamentar do IAB/DN, uma
138 vez que esse não é o único PL tramitando no Congresso Nacional com a finalidade de mexer
139 com a profissão de arquiteto e urbanista. Propôs que essa pressão chegue ao Congresso
140 Nacional através desse colega, além do CAU/BR. O Conselheiro OSVALDO BUSARELLO
141 lembrou algumas ações do CAU/BR quanto à questão do PL referente ao paisagismo, mas a
142 seu ver é necessária uma ação mais efetiva do Conselho nesse processo. O Conselheiro
143 Federal LAERCIO LEONARDO ARAÚJO cogitou a possibilidade do CAU/BR - além do IAB -
144 contratar um assessor parlamentar para cuidar desse tipo de situação, uma vez que, a seu



145 ver, é necessário um trabalho presencial, de convencimento dos parlamentares com relação
146 ao assunto. Concordando com ele o Conselheiro CARLOS HARDT lembrou que dois
147 assessores com a mesma pauta são mais fortes do que um só. Pelo presidente JEFERSON
148 DANTAS NAVOLAR foi dito que devemos espelhar essa bancada em todos os níveis:
149 municipal, estadual e nacional, no seu entendimento é importante que se coloque isso para
150 os municípios igualmente.-----

151 **2.1.3. Relato das Finanças.**-----

152 O presidente, arquiteto e urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR fez relato acerca das
153 finanças do CAU/PR, salientando que depois da publicação das resoluções 17 e 21 do
154 CAU/BR, saímos da perspectiva de um único RRT para várias atividades, para uma posição
155 extremamente diferente. A seu ver as novas resoluções resolveram a questão do
156 preenchimento de RRTs, em relação às atribuições, porém, politicamente, tem sido
157 desgastante, o que se observa nas muitas reclamações de profissionais que têm surgido,
158 através do atendimento telefônico e também por e-mails. O Conselheiro Titular, MANOEL DE
159 OLIVEIRA FIHO colocou que isso deve ser mantido assim; para ele, o CAU não deve
160 retroceder nesse sentido. Pelo presidente, JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi dito que na
161 elaboração das resoluções mencionadas, ele próprio sugeriu durante reunião em Brasília
162 que se o arquiteto faz um RRT pleno quanto aos projetos, deveria ter o RRT de execução
163 incorporado e sem custos para o Arquiteto. O objetivo seria a indução ao exercício das
164 atribuições em sua plenitude, ou seja: projeto e execução de obras. A palavra o Conselheiro
165 Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO disse que se a arrecadação é boa é importante que
166 haja uma boa resposta ao profissional, no sentido de atendimento; seria uma maneira do
167 profissional assumir sua responsabilidade no cenário nacional. O Conselheiro Titular,
168 MANOEL OLIVEIRA FILHO foi dito que o Conselho está exposto, mas a posição firme é
169 importante e deve ser mantida. O presidente esclareceu que existe um relatório diário de
170 arrecadação, que demonstra que depois do advento das resoluções retro mencionadas, a
171 arrecadação tornou-se mais consistente. Apresentada a relação dos gastos mensais
172 referente a abril/2012, a mesma foi aprovada pelo plenário. -----

173 **2.1.4 – Implantação do Módulo de Fiscalização.**-----

174 Fazendo menção à resolução 22 do CAU/BR, o presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
175 pontuou acerca da necessidade de implantação, o mais rápido possível, do módulo de
176 fiscalização. A seu ver, inicialmente, basta apenas um fiscal para a região metropolitana e
177 dois para o interior. Questionou os conselheiros sobre a utilização daqueles arquitetos que
178 eram fiscais do CREA/PR e foram demitidos pelo advento da Lei dos Arquitetos e Urbanistas,
179 os quais têm a seu favor a experiência adquirida no CREA. O Conselheiro Titular LUIZ BECHER
180 lembrou que esses profissionais têm experiência de CREA, mas o CAU é outro conselho, com
181 especificidades próprias. O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, ao contrário,
182 colocou que essa experiência pode ser válida. Pelo Conselheiro Titular, CARLOS HARDT foi
183 dito que experiência é importante, mas é pertinente reavaliar, porque esses profissionais
184 podem apresentar vícios de fiscalização do antigo conselho. O mesmo Conselheiro
185 questionou se haverá necessidade de fazer concurso para contratação dos fiscais. Segundo o
186 presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, não há previsão de cargo comissionado para fiscais
187 na deliberação do CAU/PR, que trata das contratações e questionou a Assessora Jurídica
188 CLÁUDIA CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO, que esclareceu que há a possibilidade de
189 contratação de gerente de fiscalização, mas essa não deve ser a solução definitiva, uma vez
190 que a lei prevê concurso para fiscais. O Conselheiro titular CARLOS HARDT lembrou que para
191 fazer notificação de irregularidade de obra não é necessário ser fiscal, tendo sido esclarecido
192 pela assessora jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO, que se o notificante



193 não tiver vínculo empregatício com o conselho pode exercer fiscalização, mas sua entrada no
194 imóvel pode ser barrada pelo proprietário da obra. Pedindo a palavra, a Conselheira Titular,
195 MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI relatou que recebeu várias ligações, queixas com relação ao
196 preço do RRT – como não tem fiscalização, o arquiteto faz RRT menor. O presidente
197 JEFERSON DANTAS NAVOLAR mostrou rapidamente a apresentação do presidente do
198 CAU/BR, que demonstra as mudanças havidas na cobrança de RRTs, o CAU continua
199 cobrando menos que o CREA. A apresentação será disponibilizada aos conselheiros. A
200 Conselheira titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI relatou que do jeito que ficou no sistema o
201 RRT ficou muito confuso de preencher, além de muito caro. O Conselheiro Federal LAERCIO
202 LEONARDO ARAÚJO esclareceu que o que houve no primeiro momento foi um problema
203 operacional, uma vez que cada atividade exigia um RRT, mas logo em seguida isso foi revisto
204 e adotou-se a emissão de RRT por grupo de atividade. Entende que as queixas dos arquitetos
205 acontecem porque esses não entendem que se não fizerem RRTs complementares terão que
206 contratar engenheiro. Com a palavra o conselheiro titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO
207 questionou como esses fiscais vindos do CREA vão fazer fiscalização de arquitetura, se nunca
208 fizeram isso. Segundo ele, fiscais não aceitam que projeto de arquitetura é atribuição única
209 de arquiteto e assim, é preferível não ter fiscais e ter um fórum de denúncia em que o
210 cidadão civil é o que denuncia, do que fiscais desse tipo. Se precisarmos de ação imediata,
211 cada um deve ser o fiscal. Esses fiscais que saíram do CREA, trabalhavam para aquele
212 conselho e devem vir com a visão do CREA. O Conselheiro titular, ORLANDO BUSARELLO
213 disse que isso pode ser observado com relação ao paisagismo, onde várias empresas fazem
214 paisagismo e não tem arquiteto e nunca foram notificadas pelo CREA. Propôs levantamento
215 junto às empresas que fazem paisagismo para saber como elas estão sendo estruturadas, e
216 descobrir aquelas que claramente tem exercido ilegalmente a profissão. O Conselheiro
217 titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO, por sua vez, alegou que todo mundo sabe o que é ilegal e
218 questionou o que é preciso para que a fiscalização ocorra. Entende que o CAU está atrasado
219 seis meses. O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou à plenária que a resolução n.
220 22 sobre a fiscalização, do CAU/BR, foi publicada dia 04 de maio de 2012. O Conselheiro
221 titular ORLANDO BUSARELLO acrescentou que são várias as ações ilegais como, por exemplo,
222 interiores – é muito comum vermos o exercício ilegal aí. Pedindo a palavra o Conselheiro
223 titular LUIZ BECHER colocou que muitos engenheiros querem sair do CREA porque está mais
224 caro. Relatou que quando a Vanessa (funcionária do CREA/PR) esteve aqui e falou sobre a
225 modalidade de fiscalização ele não concordou e complementou afirmando que é
226 fundamental que a profissão de arquiteto e urbanista seja útil à sociedade. Relatou, ainda,
227 que foi questionado por uma arquiteta sobre os fiscais arquitetos demitidos pelo CREA,
228 culpando o CAU pela demissão deles. Antes não era a favor da contratação desses
229 funcionários porque eles viriam por empréstimo, mas hoje eles não são mais funcionários do
230 CREA, e talvez sua experiência possa ser utilizada adequando-a ao jeito do CAU de fiscalizar;
231 mas, colocou também que podem ser contratados outros arquitetos para exercer esta
232 função. A seu ver, é importante que se defina o que será o melhor para o CAU. Claro, disse
233 ele, que o desejo de todos é ter um representante do Conselho em todas as cidades, mas a
234 ideia do CAU é virtual. Em sua opinião a maioria dos arquitetos continua trabalhando sem se
235 queixar, o que o Conselho deve buscar é fazer a arquitetura com sua cara, uma arquitetura
236 séria. Colocou ainda, que o CAU funciona hoje tal qual o CREA, em termos de qualidade, e
237 sem escritório no interior. Para ele, quem se queixa do CAU não leu as resoluções já
238 emitidas. Com a palavra, o Conselheiro Federal LAERCIO LEONARDO DE ARAÚJO esclareceu
239 que a fiscalização é responsabilidade de cada Estado e colocou que o CAU/PR deve começar
240 a se preocupar em formar seu manual de fiscalização. Além disso, disse ele, na resolução



241 ficou evidente que a fiscalização tem um caráter educativo, que deve ser considerado. Como
242 a comissão de exercício profissional deixou claro, essa figura do fiscal que sai pela rua, não é
243 a figura mais importante do CAU; outro jeito de trabalhar isso é o convênio com os órgãos
244 públicos visando a fiscalização. Outra questão é a assistência técnica, não é só cobrar – não
245 tem arquiteto, RRT, etc. - mas é importante levar a arquitetura, levar a importância da
246 assistência técnica às prefeituras. O Conselheiro Titular, ORLANDO BUSARELLO disse que
247 historicamente os arquitetos silenciaram com relação à fiscalização. Agora é o momento de
248 tomar posição – o quanto somos desrespeitados, o quanto não somos reconhecidos e o
249 quanto somos marginalizados. Cita dois exemplos: futura sede da judiciário do Paraná, sem
250 publicação nenhuma– projeto executivo elaborado pelo setor de engenharia do TJ em
251 substituição a projeto eleito via concurso público. Questionou se não seria esse o momento
252 de atuar nesse processo? Relatou ainda o caso do aeroporto de Cumbica – projetos de
253 empresas privadas de vinte e dois milhões de reais e não entrou na licitação como
254 documento. Em nenhum momento foi questionada a inexistência de projeto arquitetônico.
255 Questionou ainda, vamos começar a atuar quando? Vamos nos manifestar quando? Para ele
256 a opinião pública não conhece essas questões. O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
257 lembrou aos conselheiros que o CAU/PR não está se omitindo, citando por exemplo, que o
258 CAU/PR ganhou uma página inteira na Gazeta do Povo como direito de resposta; o
259 presidente foi mediador em palestra do SEBRAE – momento em que o CAU/PR teve espaço
260 para colocar sua posição; o CAU/PR se posicionou na audiência pública do metrô em
261 Curitiba, além de ações, que denotam que o CAU/PR está, sim, presente na sociedade. Em
262 seguida, colocou que a plenária pode ajudar com relação à fiscalização, a resolução 22 veio
263 dar a direção e agora é o momento de definir encaminhamento. O Conselheiro Titular
264 RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA colocou que o primeiro passo será definir como contratar
265 funcionários para fiscalização. O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR respondeu que os
266 primeiros fiscais podem ser contratados como gerentes, assessores ou coordenadores, as
267 ferramentas estão na mesa, é hora de agir. Sugeriu que todas as comissões devem se
268 manifestar e propôs a criação de uma Comissão de Fiscalização, com representantes de cada
269 uma das comissões. Pedindo a palavra, o Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO
270 complementou que na contratação dos fiscais deve ser dado enfoque de ação e
271 administração, cujo trabalho ocorra de modo a instruir os processos, divulgando as ações. A
272 Assessora Jurídica do CAU/PR, CLÁUDIA CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO lembrou que
273 hoje não adianta chegar com denuncia porque ainda não há normatização para fiscalização.
274 Continuando, o Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO colocou que o fiscal deve ser
275 capaz de instruir esses processos. O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR questiona a
276 plenária mais uma vez sobre a contratação ou não daqueles arquitetos que foram demitidos
277 pelo CREA. O Conselheiro MANOEL OLIVEIRA FILHO alertou que, no caso de se optar por
278 contratar os demitidos pelo CREA, é importante esclarecer a esses o que o conselho espera
279 deles. Com a palavra, o Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO colocou que do
280 ponto de vista de gestão, pensando como nova entidade, com tarefa diferente, a experiência
281 é desnecessária. Acrescenta que deve ser estruturada uma ação de controle sobre o
282 exercício da profissão, onde entidades como a prefeitura estarão ao lado do Conselho; para
283 ele, um funcionário com vários vícios de atuação, pode atrasar o processo. O Conselheiro
284 Titular CLÁUDIO FORTE MAIOLINO se posicionou dizendo que o presidente colocou bem:
285 enquanto eles eram funcionários do CREA eram problema, hoje não. A seguir definiu-se que
286 os Conselheiros Titulares CARLOS HARDT, JOÃO SUPLYCY, CLAUDIO FORTE MAIOLINO, LUIZ
287 BECHER e MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI comporão a Comissão de
288 Fiscalização.



289 **2.1.5-Participação no “Programa Cidades do Pacto Global”:** aprovado.

290 **2.1.6: Proposta de DELIBERAÇÃO CAU/PR Nº 07/2012, de 28 de maio de 2012, que**
291 **estabelece “a criação e composição do Comitê de Licitação do CAU/PR e dá outras**
292 **providências”**.....

293 O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicitou que a Assessora Jurídica CLÁUDIA
294 CRISITINA TABORDA DE SOUZA LOBO explicasse o conteúdo da deliberação à plenária, o que
295 foi feito. Em seguida o presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que o assessor de
296 planejamento Hélio Botto já fez o curso de pregoeiro e passou-lhe a palavra. Com a palavra o
297 Assessor de Planejamento HELIO BOTTO explicou que foi adquirido até agora foi via Convite
298 de Tomada de Preços e que a partir de agora o CAU/PR está também preparado para lançar
299 licitações maiores. Em seguida esclareceu as dúvidas surgidas no plenário. A matéria foi
300 colocada em votação e aprovada. Pelo presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi dito que
301 assim que o Comitê estiver formado a plenária será informada. Vencida a pauta, o
302 presidente passou a palavra ao Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO, mentor da extra
303 pauta, que se manifestasse.

304 **3. EXTRA-PAUTA.**

305 **3.1. Atuação do CAU perante situações que colocam a profissão do arquiteto em posição**
306 **desfavorável - desvalorização, desrespeito e falta de reconhecimento.**

307 Com a palavra o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO colocou sua preocupação com
308 relação à desvalorização, desrespeito e falta de reconhecimento da profissão de arquiteto e
309 urbanista pelo poder público, isso é notório, por exemplo, quando vemos tão poucos
310 arquitetos inseridos na administração pública. A Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA
311 SILVA AOKI relatou o exemplo de Cascavel-PR., cujo secretário do planejamento é
312 engenheiro e está se retirando para ser candidato, terá como substituto um professor de
313 física. O Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO colocou que, a seu ver, é melhor que
314 ele seja leigo do que engenheiro. A conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI
315 completou dizendo que é papel deste Conselho lutar pelo reconhecimento da profissão e
316 relatou que de sua parte, faz o que lhe cabe e que cobrou do prefeito de Cascavel a
317 contratação de um arquiteto para a prefeitura. Pedindo a palavra o Conselheiro Titular
318 MANOEL DE OLIVEIRA FILHO justificou-se dizendo que, tendo em vista a diversidade de
319 assuntos, queria dividir com a plenária uma situação desagradável que ocorreu com a AEAM
320 – Associação de Engenheiros e Arquitetos de Maringá: apesar dele pagar mensalidade, os
321 engenheiros, além da mensalidade que pagam, recebem ajuda do CREA pelas ARTs que são
322 emitidas e, quando informou à AEAM que o CAU/PR, por hora, não fará repasse para
323 associação mista, mas apenas para as puras, isso deflagrou uma discussão com um dos
324 engenheiros, que se sentiu ofendido. Relatou, ainda, que, segundo a fala dos engenheiros,
325 parece que eles já têm claro que devem contratar arquitetos para a realização de projetos.
326 Tomando a palavra o presidente JERFESON DANTAS NAVOLAR fez um relato sobre a reunião
327 ocorrida duas semanas atrás em Brasília onde a pauta eram as resoluções 17 e 21 e a
328 questão das entidades, tendo ficado claro ali, que a pressão nacional é grande para que as
329 associações puras tenham assento, especialmente as nacionais. Nessa ocasião apresentou as
330 questões trazidas pelas entidades paranaenses, tendo esclarecido que no Paraná há
331 associações mistas que convivem bem e que devem ser analisadas caso a caso. Esclareceu
332 que não houve deliberação nessa reunião, ainda, mas o CAU/PR tem assento ali e poderá
333 levar suas proposições. Uma proposta que surgiu ali foi a possibilidade da criação de dois
334 CNPJ para essas sociedades mistas. O Conselheiro Titular LUIZ BECHER citou o exemplo de
335 Campo Mourão, onde se criou uma associação de arquitetos, que continua dividindo o
336 espaço com a associação antiga, que era mista. Às 12:33 horas entra na sala e toma assento



337 junto à plenária o Coordenador da Comissão Nacional de Ensino e Formação Profissional do
338 CAU/BR, JOSÉ ROBERTO GERALDINI JUNIOR. A Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA
339 AOKI contou que a associação pura, que existia em Cascavel, fechou e a Associação, que se
340 mantém lá é mista e tem discutido essa possibilidade de dois CNPJ ou reativação daquela
341 que está inativa. Perguntou ao presidente o que o CAU faria pela entidade pura, sendo que
342 pelo por esse foi dito que isso ainda não está definido, a única coisa que se tem com relação
343 a entidades é que a associação mista não terá voz e nem voto. A Conselheira MARLI
344 ANTUNES DA SILVA AOKI insistiu querendo saber que benefícios as entidades terão, ou se
345 haverá mesmo, algum benefício. Pedindo a palavra o Conselheiro Titular LUIZ BECHER
346 lembrou que esse é o modelo CREA, que é aquele conselho que tem essa prática. Alertou
347 que não somos CREA, que veio para o CAU como pessoa física e não é representante da
348 entidade no Conselho; claro que atende aos colegas quando solicitado mas isso não significa
349 que está aqui representando sua entidade e entende que seja assim com os outros. Pode ser
350 que um dia haja repasse do CAU para entidades, mas isso ainda não é realidade. Pelo
351 presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, dirigindo-se ao Coordenador Nacional da Comissão
352 de Ensino e Formação Profissional do CAU/ BR, JOSÉ ROBERTO GERLDINI JUNIOR,
353 apresentando-o ao plenário e lembrando que a pauta aprovada prevê a reunião com os
354 Coordenadores de Cursos de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná e passou-lhe a
355 palavra agradecendo-lhe pela presença. Tomando a palavra, o Coordenador Nacional da
356 Comissão de Ensino e Formação Profissional do CAU/ BR, JOSÉ ROBERTO GERALDINI JUNIOR
357 agradeceu a oportunidade de estar presente e fez um resumo das atividades da Comissão
358 que coordena no CAU/BR, relatando alguns avanços e dificuldades, bem como a
359 preocupação de evitar que falsos arquitetos sejam inscritos no CAU, daí a importância do
360 engajamento das universidades no processo de registro de novos profissionais. Por fim,
361 agradeceu mais uma vez a oportunidade de estar aqui e lembrou a todos que à tarde serão
362 tratadas as questões de encaminhamento dos cursos e de que modo o conselho poderá
363 contribuir para a melhoria do ensino da arquitetura. Antes do encerramento o Conselheiro
364 Federal LAERCIO LEONARDO ARAÚJO solicitou a palavra e fez um breve relato das ações do
365 CAU/BR. **Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto Jeferson Dantas**
366 **Navolar, agradeceu às Conselheiras e aos Conselheiros presentes. Às treze horas e trinta**
367 **minutos de 28 de maio de dois mil e doze, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto JEFERSON**
368 **DANTAS NAVOLAR, declarou encerrada esta Reunião de nº 008 do CAU/PR.** Para constar
369 eu, Gláucia Sales Jacob, Secretária Geral do CAUPR, lavrei a presente Ata que, depois de lida
370 e aprovada por todo(a)s o(a)s senhor(a)s Conselheiro(a)s do CAU/PR, será rubricada por mim
371 em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo senhor Presidente para que
372 produza os efeitos legais.....

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR

GLÁUCIA SALES JACOB
Secretária Geral